

CARTA CONVITE MCTI/FINEP 01/2014

Carta Convite para concessão de Recursos Adicionais com vistas à conclusão das construções e instalações

1. OBJETIVO

A presente Carta Convite visa a selecionar propostas de Recursos Adicionais, cujo objetivo seja a conclusão das construções e instalações aprovadas nos projetos originalmente contratados nas Chamadas PROINFRA 01/2004 a 01/2011, CT-INFRA 01/2013, NOVOS CAMPI - 05/2006 e 02/2008, e CAMPI REGIONAIS 03/2007 e 01/2010, identificadas pelas Instituições e demonstradas à Finep a necessidade de recursos adicionais para conclusão das mesmas.

2. ELEGIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Instituição Proponente/Conveniente:

- (i) Órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo;
- (ii) Organizações Sociais (OS) qualificadas nos termos da Lei nº 9.637/1998, cujas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico;
- (iii) Entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como instituição de apoio, responsável pela execução gerencial e financeira do projeto.

As Instituições Federais devem ser integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

As instituições privadas sem fins lucrativos deverão ter no mínimo 03 (três) anos de existência, em observância ao disposto no art. 58, inciso VII, da Lei 12.919 /13 – LDO 2014.

Instituição Executora:

- (i) Instituição Pública de Ensino Superior e/ou Pesquisa;
- (ii) Organizações Sociais (OS), qualificadas nos termos da Lei nº 9.637/1998, cujas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico.

3. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA

Serão avaliados pedidos de recursos adicionais para projetos contratados nas Chamadas conforme definidas no item 1, que objetivem o cumprimento definitivo das metas físicas cuja

execução tenha sido inviabilizada por elevação no custo da construção civil e/ou por incompatibilidade do custo do metro quadrado concedido em relação ao praticado.

As solicitações deverão referir-se apenas a obras e instalações recomendadas pelos Comitês de Consultores que analisaram os projetos, quando da avaliação das Chamadas e constantes do Plano de Trabalho aprovado pela FINEP.

Na avaliação das solicitações de recursos adicionais serão consideradas as negociações havidas entre a instituição e a FINEP, que tenham resultado em remanejamento de recursos, substituição de itens e utilização do rendimento da aplicação financeira dos recursos concedidos ao projeto.

A relação dos itens solicitados deverá observar, obrigatoriamente, os requisitos apresentados e as definições apresentadas no “Item 7”.

Para cada Instituição Executora serão aceitas no máximo 10 (dez) construções com solicitação de recursos adicionais.

4. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS

No âmbito desta Carta Convite, serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

A liberação dos recursos somente ocorrerá em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do FNDCT.

Caso haja uma maior disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários do Governo Federal, outras propostas recomendadas poderão ser submetidas à Análise Técnico-jurídica para posterior deliberação da Diretoria Executiva da FINEP.

5. CONTRAPARTIDA E OUTROS APORTES DE RECURSOS

5.1. Aporte exigido pela carta convite

Nas obras em que houve alteração na área apoiada, será exigido aporte financeiro da instituição partícipe, em valores proporcionais à modificação.

Este aporte deverá ser formalizado, para cada item de obra onde tenha ocorrido alteração de área apoiada, através de ofício assinado pelo dirigente máximo da instituição, conforme modelo disponibilizado no sítio da Finep. A ausência ou inadequação do documento citado deverá ser sanada no prazo máximo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos a contar da solicitação por parte da FINEP, sob pena de desclassificação da proposta.

5.2. Contrapartida exigida pela legislação

§ 1º De acordo com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2014, será exigida a apresentação de contrapartida financeira, nos convênios que vierem a ser firmados diretamente com Instituições Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, nos percentuais mínimos e máximos sobre o valor total concedido, indicados nos itens abaixo:

Instituições Municipais:

Municípios com até 50.000 habitantes.....0,1-4%

Municípios acima de 50.000 habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO.....0,2-8%

Demais Municípios1-20%

Instituições Estaduais e do Distrito Federal:

Distrito Federal e Estados localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO.....0,1-10%

Demais Estados.....2-20%

§ 2º Não é exigida contrapartida de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta, e de Instituições privadas sem fins lucrativos.

§ 3º Para as Instituições Estaduais, Municipais e do Distrito Federal poderão ser consideradas como contrapartida financeira despesas com recursos humanos (horas de trabalho) alocados no projeto.

6. PRAZOS

Lançamento da Carta Convite na página da FINEP	18/11/2014
Data final para envio do formulário eletrônico (*)	24/02/2015
Data final para a entrega na FINEP/postagem da cópia impressa	25/02/2015
Divulgação do Resultado Preliminar	A partir de 13/05/2015
Divulgação do Resultado Final	A partir de 15/06/2015

(*) O horário para envio da versão eletrônica na data limite para apresentação das propostas se encerra às 18h (horário de Brasília).

6.1. Prazo de Validade da Carta Convite

A Carta Convite tem validade de 12 (doze) meses.

6.2. Prazo de Execução do Projeto

O prazo previsto de execução do projeto deverá ser de até 24 meses nos casos em que o projeto original já se encontrar encerrado, e nos demais casos deverá ser o do Prazo de execução física e financeira em vigor, podendo ser prorrogado a critério da FINEP, respeitando as normas vigentes.

7. CASOS E SITUAÇÕES PASSÍVEIS DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS

Obras e instalações apoiadas nas Chamadas definidas no item 1 desta Carta Convite, com as seguintes características:

Projetos com Prazo de Execução Encerrado:

- Obras e Instalações iniciadas durante a vigência do convênio que não foram concluídas pelos motivos definidos no item 3 do edital e encontram-se sem indícios de deterioração e/ou abandono.

Projetos com Prazo de Execução Vigente:

- Obras e instalações que não foram iniciadas ou concluídas pelos motivos definidos no item 3 do edital encontram-se sem indícios de deterioração e/ou abandono.

Não serão permitidos:

- Inclusão de novos pavimentos ou anexos;
- Reembolso de qualquer natureza; p.ex., de recursos próprios ou de outras fontes utilizados na complementação de alguma atividade;
- Itens de obras que, ao longo da execução do convênio foram substituídos e/ou remanejados conforme solicitações já apresentadas e aprovadas pela Finep;
- Obras de reforma, manutenção, conservação ou modernização.

8. DESPESAS APOIÁVEIS

- a) Despesas Correntes: serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que diretamente relacionados com as edificações de pesquisa definidas no “item 7” do edital.
- b) Despesas de Capital: obras e instalações desde que diretamente relacionados com as edificações de pesquisa definidas no “item 7” do edital.
- c) Despesas Operacionais e Administrativas: o projeto poderá contemplar a cobertura de despesas operacionais e administrativas, de caráter indivisível, respaldadas na

Lei nº 10.973/04, denominada “Lei da Inovação”, até o limite de 3% do valor dos recursos solicitados a FINEP.

9. PROCEDIMENTOS

9.1. Apresentação das Propostas

A versão eletrônica do formulário FAP deverá ser enviada até 24/02/2015, conforme orientações disponibilizadas no sítio da Finep.

A versão impressa dos formulários, bem como os documentos previstos no item 9.2.1, deverá ser postada até 25/02/2015, devendo constar no envelope a seguinte identificação:

**CARTA CONVITE PARA CONCESSÃO DE RECURSOS ADICIONAIS COM VISTAS À
CONCLUSÃO DAS CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES**

(sigla proponente) / (sigla executor) / (sigla projeto)

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

Praia do Flamengo, 200 / 2º andar

22.210-065 – Rio de Janeiro - RJ

Após o prazo-limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela FINEP.

9.2. Processo de Seleção

9.2.1. Documentos necessários para Avaliação dos Itens de Obras

Para solicitação de recursos adicionais aos convênios resultantes dos Editais, cada instituição executora deverá apresentar os formulários disponibilizados no sítio da Finep preenchidos conforme as orientações neles constantes. Esta documentação deverá ser rubricada e assinada pelo dirigente máximo em exercício das instituições proponente e executora, devendo ser formalmente encaminhada à Finep. Não serão aceitas versões encaminhadas apenas em meio eletrônico.

Também serão solicitados os seguintes documentos, assinados pelo:

1. *Responsável técnico:*

- Parecer Técnico atestando a viabilidade de retomada da execução da obra, exceto para obras não iniciadas;
- Desenho do Projeto de Arquitetura, com cota e metragem, demonstrando o já construído e o ainda por construir, bem como:
 - ✓ Orçamento atualizado;
 - ✓ Cronograma físico-financeiro atualizado;
 - ✓ Justificativa técnica para o custo do m² adotado;
 - ✓ Memorial descritivo;

✓ Relatório Fotográfico com legenda e data;

2. *Dirigente máximo em exercício das instituições proponente e/ou executora:*

- Declaração de Capacidade Institucional de Gestão de Obras, conforme modelo;

Além destes, também serão exigidos os seguintes documentos de acompanhamento dos convênios originais:

- Para projetos com prazo encerrado: Relatório Técnico Final e Prestação de Contas Final, no caso de os mesmos ainda não terem sido apresentados;
- Para projetos com prazo vigente: Relatório Técnico Parcial e Prestação de Contas Parcial, dentro dos prazos estabelecidos nos instrumentos contratuais originais.

A ausência ou inadequação de quaisquer dos documentos citados acima deverá ser sanada no prazo máximo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos a contar da solicitação por parte da FINEP, sob pena de desclassificação da proposta.

A falta de veracidade das informações prestadas implicará a desqualificação / eliminação da proposta.

9.2.2. Processo de Avaliação

Os projetos que atenderem às exigências formais da presente Carta Convite serão submetidos a um Comitê de Avaliação, formado por analistas da FINEP, que poderá ser assessorado por consultores externos, que analisará as propostas de acordo com os critérios descritos a seguir.

Não será reavaliado o mérito científico do subprojeto original. Desta forma, o Comitê de Avaliação avaliará apenas questões formais dos itens de obra. Para efeito de ranqueamento será utilizada a nota do subprojeto original dentro das fases de priorização abaixo. Devendo ser esclarecido que os projetos de cada Chamada serão comparados entre si, priorizando o apoio aos projetos submetidos em editais mais antigos, de modo a minimizar a perda de obras em andamento. Em casos de empate, será priorizada a obra com menor valor necessário a sua finalização.

Serão priorizados os casos que se enquadrem nas condições a seguir, em ordem de importância:

1º Projetos encerrados, até 30/09/2014, sem alteração de área, sem RTF aprovados e com obras inacabadas e que não estejam em TCE ou em Auditoria;

2º Projetos encerrados, até 30/09/2014, com alteração de área, sem RTF aprovados e com obras inacabadas e que não estejam em TCE ou em Auditoria;

3º Projetos vigentes, com obras iniciadas, sem alteração de área, que venham a necessitar de recursos adicionais;

4º Projetos vigentes, com obras iniciadas, com alteração de área, que venham a necessitar de recursos adicionais;

5º Projetos vigentes, com obras não iniciadas, sem alteração de área, que venham a necessitar de recursos adicionais;

6º Projetos vigentes, com obras não iniciadas, com alteração de área, que venham a necessitar de recursos adicionais.

Para efeitos de priorização, caso a construção tenha recebido recursos em mais de um convênio/termo de cooperação com esta Finep, será considerado o convênio/termo de cooperação original.

Para fins desta chamada, serão consideradas com alteração de área aquelas com variação superior a 10% do original recomendado pelo Comitê Assessor à época da chamada original.

Para fins desta chamada, serão consideradas como obras iniciadas, aquelas que apresentarem evidências de pelo menos seus serviços iniciais (p. ex: locação, limpeza, fundação e etc.).

Somente após a análise da documentação de todas as instituições solicitantes será possível a esta financiadora emitir um parecer final sobre as solicitações, previsto para 15/06/2015.

As instituições selecionadas neste processo serão contatadas para formalização do apoio a ser concedido.

Mesmo que as solicitações sejam consideradas adequadas, a concessão dos recursos estará sujeita à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

9.2.3. Análise Técnico-Jurídica

Durante a análise técnico-jurídica do projeto, poderá ser comunicada ao proponente qualquer irregularidade ou imprecisão no plano de trabalho, que deverá ser sanada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de desistência no prosseguimento do processo.

No tocante à análise jurídica serão verificadas a elegibilidade das instituições partícipes, a documentação necessária à contratação e a adequação à legislação vigente.

Caso algum dos aspectos analisados não atenda às disposições da Chamada ou à legislação vigente, a proposta será eliminada.

Durante a análise jurídica, caso necessário, serão solicitados documentos institucionais.

9.3. Deliberação

As propostas recomendadas na forma do item 9.2.3 serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva da FINEP para decisão final.

Caso haja uma maior disponibilidade de recursos, decorrente de acréscimo de recursos orçamentários e financeiros ou caso alguma proposta selecionada não tenha sido contratada, outras propostas recomendadas na Avaliação de Mérito, respeitada a ordem de classificação, poderão ser submetidas à Análise Técnico-jurídica (item 9.2.3) para posterior deliberação da Diretoria Executiva da FINEP.

9.4. Contratação

As condições para a contratação de cada projeto serão definidas conforme Decisão da Diretoria Executiva da FINEP.

Para a contratação dos projetos, caso necessário, a FINEP poderá solicitar documentos e informações adicionais.

A minuta de convênio assinada pelos representantes legais das Instituições participantes, exceto a Concedente, deverá ser entregue à FINEP no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do seu recebimento. O não cumprimento do prazo poderá acarretar o arquivamento da proposta.

A contratação da proposta restará condicionada à verificação por parte da FINEP da ausência de inadimplência das instituições partícipes. A não contratação da proposta no prazo de 90 (noventa) dias poderá acarretar o arquivamento da proposta.

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento técnico e financeiro dos projetos apoiados será feito pela FINEP ou por entidade designada, por meio de relatórios técnicos, de visitas de acompanhamento, reuniões técnicas ou outros mecanismos de avaliação, a critério da FINEP.

As obras, contempladas no âmbito desta carta convite, estarão impedidas de receber apoio em novos editais do CT-INFRA, até o término das mesmas.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Base Legal: Termo assinado em 19/04/2010, Instrução Normativa nº 01/2010 de 25/06/2010, do Conselho Diretor do FNDCT, publicada no DOU em 28/06/2010.

11.2 Interposição de Recursos: Com base na Lei nº 9784/99, a instituição candidata poderá apresentar manifestação formal de interesse na interposição de recurso às decisões da FINEP, através de correspondência formal, dirigida ao Presidente da FINEP,

com comprovante da postagem dos Correios, até 10 (dez) dias corridos após a divulgação do resultado preliminar no site institucional da FINEP.

11.3 Revogação ou Anulação da Carta Convite: A qualquer tempo, a Carta Convite poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FINEP reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Carta Convite.

O resultado final será divulgado na página da FINEP, além de publicado no Diário Oficial da União.

Esclarecimentos acerca do conteúdo desta Carta-Convite poderão ser obtidos por meio do Serviço de Atendimento ao Cliente - SEAC- por e-mail seac@finep.gov.br ou telefone (21) 2555-0555.

Rio de Janeiro,

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

ANEXO

Instituições Convidadas

CEFET-RP
CTEx
FEE
FIOCRUZ
FUA
FUFMT
FUNECE
FURG
HCFMRP
IAL
IB
IFCE
IFGOIANO
IMPA
IPT
ITA
IZ
PRP-USP
UEL
UEM
UEMS
UENF
UENP
UEPG
UERJ
UESC
UFABC
UFAL
UFBA
UFC
UFCG
UFERSA
UFES
UFF
UFG
UFGD
UFLA
UFMA

UFMG
UFMS
UFMT
UFOP
UFPA
UFPB
UFPE
UFPeI
UFPI
UFPR
UFRA
UFRB
UFRJ
UFRN
UFRPE
UFRRJ
UFSC
UFSCAR
UFSM
UFT
UFTPR
UFU
UFV
UFVJM
UNESP
UNICAMP
UNICENTRO
UNIFALMG
UNIFEI
UNIFESP
UNIMONTES
UNIOESTE
UNIPAMPA
UNIR
UNIVASF
UPE